

**SEXISMO E RACISMO: UMA ANÁLISE DO LIVRO  
“QUEM TEM MEDO DO FEMINISMO NEGRO?”**

**SEXISM AND RACISM: AN ANALYSIS OF THE BOOK  
*QUEM TEM MEDO DO FEMINISMO NEGRO?***

RIBEIRO, Djamila. **Quem tem medo do feminismo negro?** São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

Rusiane da Silva Torres <sup>1</sup>  
Raiane Torres da Silva <sup>2</sup>

A filósofa brasileira Djamila Ribeiro é considerada uma das principais estudiosas das questões raciais da atualidade. Autora de livros como *O Que é Lugar de Fala?* (RIBEIRO, 2017), *Quem tem medo do feminismo negro?* (RIBEIRO, 2018) e *Pequeno manual antirracista* (RIBEIRO, 2019), nessas obras as questões de gênero vêm atreladas às questões raciais, uma vez que as mulheres negras dificilmente são inclusas nas pautas dos movimentos feministas, conforme coloca Ribeiro (2017, p. 10):

Pensar em feminismo negro é justamente romper com a cisão criada numa sociedade desigual, logo é pensar projetos, novos marcos civilizatórios para que pensemos em um novo modelo de sociedade. Fora isso, é também divulgar a produção intelectual de mulheres negras, colocando-as na condição de sujeitos e seres ativos que, historicamente, vêm pensando em resistências e reexistências.

Em 2013, Ribeiro iniciou suas escritas para *sites*, dentre eles o da Revista *CartaCapital* on-line, cujo objetivo central se pautava em levar suas percepções para o maior número de mulheres, sobretudo, as negras. Ribeiro coordena a coleção *Feminismos Plurais*, da editora Letramento.

---

<sup>1</sup> Graduada em História na Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN). Mestra em Ensino no Programa de Pós-Graduação em Ensino - POSENSINO (UERN-UFERSA-IFRN). Pós-graduanda da Especialização em Mídias na Educação (UERN). Tem experiência na docência na área de História. Desenvolve atividades de pesquisa na área de Ensino de História, com ênfase em temáticas de questões étnicas-raciais, gênero e metodologias de ensino. E-mail: rusianehistoria@gmail.com

<sup>2</sup> Graduada em Enfermagem com habilitação em Licenciatura e Bacharelado na Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN). Especialista em Enfermagem e Saúde Coletiva, pela Faculdade de Venda Nova do Imigrante – FAVENI. Pós-graduanda da Especialização em Mídias na Educação (UERN). E-mail: raianetorressilva@hotmail.com

O livro *Quem tem medo do feminismo negro?* foi publicado em 2018 pela Editora Companhia das Letras. Trata-se de uma obra essencial pautada no feminismo negro. Ribeiro (2018) reúne nessa obra 34 textos publicados originalmente no blog da Revista *CartaCapital*, entre os anos 2014 e 2017, cujas temáticas centrais se voltam para discussões envolvendo o racismo, feminismo, machismo, sexismo e a mulher negra. Seleccionamos alguns desses textos para análise e reflexão, ao mesmo tempo em que buscamos motivar os/as leitores/as à leitura completa da obra, que apresenta uma linguagem acessível e direta.

Logo na introdução do livro, intitulada “*A máscara do silêncio*” a autora usa da sua experiência pessoal para ressaltar a necessidade de incluir a mulher negra nas pautas do movimento feminista. Nascida na cidade de Santos – São Paulo, em 1980, Djamila Ribeiro conviveu desde cedo com o racismo e o sexismo vigentes. Negar suas origens foi a maneira por ela encontrada para tentar fugir dos comentários preconceituosos e se inserir nos padrões de beleza estabelecidos pela sociedade e pela mídia, conforme ressalta “A sensação de não pertencimento era constante e me machucava, ainda que eu jamais comentasse a respeito. Até que um dia, num processo lento e doloroso, comecei a despertar para o entendimento.” (RIBEIRO, 2018, p. 15). Era chegado o momento de tirar a máscara do silêncio por ela colocada ainda na infância.

A filósofa destaca que a leitura de autores/as negros/as ajudaram a recuperar o orgulho de suas raízes e se assumir enquanto mulher negra. Para Ribeiro (2018, p. 27) “É imprescindível que se leia autoras negras, respeitando suas produções de conhecimento e se permitindo pensar o mundo por outras lentes e geografias da razão”.

Após a introdução autobiográfica, o livro apresenta os 34 artigos. Em *Seja racista e ganhe fama e empatia*, Ribeiro (2018) lembra o caso de Patrícia Moreira, uma jovem flagrada pelas câmeras de um estádio de futebol ofendendo o goleiro Aranha num jogo entre Santos e Grêmio. Embora sua ofensa racista tenha sido exibida ao vivo nos principais meios de comunicação, Patrícia conseguiu espaço nas emissoras de televisão para se “justificar”, alegando não ser uma pessoa racista, que tudo não passou de um mal entendido. Em contrapartida, a mídia dificilmente oferece voz e espaço para as mulheres negras explicarem seus malfeitos. Angélica Aparecida, por exemplo, foi presa em 2005 por roubar um pote de margarina. Nenhuma emissora de televisão lhe concedeu espaço para uma entrevista. Sua

história de vida foi silenciada, sendo exibido apenas o furto. Vale ressaltar que o caso de Angélica Aparecida não ganhou repercussão nacional, ao contrário do caso da jovem Patrícia, tal fato deveria ter sido levantado no artigo de Ribeiro (2018).

Ainda nesse artigo, Ribeiro (2018) lembra de uma série dirigida por Miguel Falabella intitulada *Sexo e as negras*, exibida na Rede Globo. Só pelo título podemos perceber a erotização em torno do corpo das mulheres negras. Assim, é importante refletir como a mídia trata e exhibe a mulher negra. A autora frisa que ideias e frases racistas “[...] devem ser combatidas, e não relativizadas e entendidas como mera opinião, ideologia, imaginário, arte, ponto de vista diferente, divergência teórica. Ideias racistas devem ser reprimidas, e não elogiadas e justificadas.” (RIBEIRO, 2018, p. 39).

No artigo *Quem tem mesmo do feminismo negro?*, Ribeiro enfatiza discurso intitulado *E não sou eu uma mulher?* proferido pela ex-escrava Sojourner Truth em 1851, na Convenção dos Direitos das Mulheres em Ohio-Estados Unidos, para nos explicar que as lutas promovidas pelas mulheres brancas não incluíam os interesses das negras. Em 1851, a escravidão se fazia presente nos Estados Unidos. A abolição da escravatura norte-americana ocorreu após a violenta Guerra Civil (1861-1865). Apesar das mulheres brancas estadunidenses terem dificuldades em reconhecer os interesses das mulheres negras, conforme colocado por Ribeiro (2018), é importante refletir sobre o discurso proferido por uma ex-escrava negra em uma importante convenção. A sua participação nos levar a pensar em um movimento feminista interracial, que deixava de fora as questões raciais, mas buscava incluir a mulher negra, devido sua condição de mulher, independente de sua cor.

Sobre a universalização do movimento feminista, a teórica Bell Hooks (1981, p. 64) ressalta que “Quando começou o movimento contemporâneo em relação ao feminismo, houve pouca discussão sobre o impacto do sexismo sobre o estatuto social das mulheres negras.” As mulheres brancas não estavam interessadas em incluir as mulheres negras nas suas lutas, em suas reivindicações pelo direito ao voto. Nesse sentido, estabeleceu-se uma segregação racial dentro movimento feminista.

Essa ideia de segregação é semelhante com o apresentado pela filósofa estadunidense Judith Butler (2010), ao ressaltar que comumente as mulheres são homogeneizadas no combate à opressão masculina. Entretanto, essa homogeneidade exclui a mulher negra, a mulher periférica, a mulher bissexual, a

mulher transexual. Butler discute a universalização da categoria mulher, uma vez que essa concepção foi feita tendo como base a mulher branca de classe alta e/ou média. O racismo das mulheres brancas impossibilitou as mulheres negras de participarem do movimento na luta pelos direitos sociais e políticos.

No texto *Hipocrisia em xeque*, Ribeiro (2018) analisa o tratamento dado às religiões afro-brasileiras. Embora a liberdade à quaisquer cultos religiosos esteja prevista na Constituição Federativa Brasileira do ano de 1988, são crescentes os casos de violência ou injúrias motivadas por divergências nas crenças religiosas, em especial, com os/as praticantes das religiões oriundas da África, das quais podemos destacar o Candomblé e a Umbanda.

No texto, a autora cita um processo de autoria da deputada Regina Becker (PDT), no qual proibia o sacrifício de animais em rituais religiosos. A Comissão de Constituição Justiça (CCJ) da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul alegou ser anticonstitucional tal projeto, já que o documento constitucional estabelece à liberdade religiosa. Dessa forma, podemos refletir sobre o preconceito em torno das religiões afro-brasileiras, uma vez que o objetivo desse projeto não consistia em proteger a vida dos animais sacrificados, mas minimizar as religiões oriundas do continente africano. Diante disso, Ribeiro (2018) levanta questionamentos, tais como: por que ninguém elabora projetos para proibir o consumo de peixe na Semana Santa? Ou do peru no Natal? Para a autora, as respostas são simples, esses rituais fazem parte do catolicismo. No entanto, é importante pensar sobre os significados desses sacrifícios de animais. Enquanto o consumo de peixes e peru tem uma simbologia religiosa dentro do cristianismo, eles também apresentam uma finalidade alimentícia, ao contrário do que ocorre com os sacrifícios de animais nos cultos afro-brasileiros, onde os animais são oferecidos aos/as deuses/as, e em muitos casos não são consumidos.

No artigo *Ser contra as cotas raciais é concordar com a perpetuação do racismo*, Ribeiro (2018) analisa como a sociedade brasileira se comporta diante das cotas raciais. Para a autora, “Cota é uma modalidade de ação afirmativa que visa diminuir as distâncias, no caso das universidades, na educação superior. Mesmo sendo maioria no Brasil, a população negra é muito pequena na academia.” (RIBEIRO, 2018, p. 73), tal fato ocorre devido o racismo institucionalizado que impede a mobilidade social e o acesso aos povos negros a esses espaços.

O Brasil foi o último país da América a abolir a escravidão, em 1888. No entanto, após a abolição não criou-se nenhum mecanismo de inclusão desses povos. Sem dinheiro, os negros e as negras saíram das senzalas para as favelas, muitas vezes com acesso limitado aos ambientes escolares. É necessário conhecer nossa história para entender por que certas medidas, como as cotas raciais, são necessárias e justas. As cotas raciais incluem os povos negros em espaços antes negados, como as universidades. Ribeiro (2018, p. 75) ressalta que as “Cotas raciais são necessárias porque esse país possui uma dívida histórica para com a população negra. Dizer-se antirracista e ser contra as cotas é, no mínimo, uma contradição cognitiva e, no máximo, racismo.” Assim, é inviável lutar contra o racismo, sem incluir as cotas raciais nas reivindicações.

A filósofa estadunidense Angela Davis é citada no texto *O que a miscigenação tem a ver com a cultura do estupro?* Davis (2016) aborda o fato de as mulheres negras não serem taxadas como frágeis, tal como ocorre com as mulheres brancas. A exploração do corpo negro e sua associação a estereótipos como “fáceis”, “exóticas”, “indignas de respeito” disseminados no período colonial se perpetuam nos dias atuais. O grupo das mulheres negras são as mais violentadas e que mais sofre violência doméstica e violência sexual no país. Nesse sentido, com base nos fatos históricos, podemos dizer que existe uma relação direta com a escravatura na colonização e a cultura do estupro, uma vez que as mulheres negras continuam sendo desrespeitadas sexualmente, e seus corpos erotizados.

A erotização da mulher negra é o tema central do texto *Eduardo Paes e a desumanização da mulher negra*. No artigo, Ribeiro (2018) lembra o discurso do então prefeito do Rio de Janeiro (Eduardo Paes) que ao entregar imóveis em uma comunidade fez piadas de cunho sexual como “*Vai trepar muito no quartinho*”; “*Vai trazer muito namorado pra cá. Rita faz muito sexo aqui*”. Após as frases, a proprietária do imóvel ficou constrangida e permaneceu em silêncio. A fala de Eduardo Paes reflete o tratamento dado às mulheres negras no Brasil, um país machista e racista “Mulheres negras são hiperssexualizadas e tratadas como objetos sexuais. E a relação entre colonização e cultura do estupro é direta: no período colonial, as mulheres negras eram estupradas e violentadas sistematicamente.” (RIBEIRO, 2018, p. 120). Essa percepção dos corpos das mulheres negras difundidas no período colonial se perpetua, com grande incentivo dos meios de comunicação.

Conicionados a uma posição inferior, os/as negros/as tiveram sua história e cultura silenciadas por muito tempo. Diante disso, a leitura da obra de Djamila Ribeiro se torna essencial, uma vez que se trata de uma mulher negra, que escreve sobre outras mulheres negras. Ao lermos *Quem tem medo do feminismo negro?* percebemos a urgente necessidade de debates em torno das questões raciais no país, em especial, pautada para as mulheres. Notamos ainda como o racismo e o sexismo são vigentes na sociedade, e perpetuados pelos principais meios de comunicações do país.

## REFERÊNCIAS

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2010.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. Trad. De Deci Regina Candiani. São Paulo: Boitempo, 2016.

HOOKS, Bell. **Ain't I a Woman?** Black Women and feminism. 1 ed. 1981.

RIBEIRO, Djamila. **O que é lugar de fala?** - Belo Horizonte (MG): Letramento: Justificando, 2017.

RIBEIRO, Djamila. **Quem tem medo do feminismo negro?** São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

RIBEIRO, Djamila. **Pequeno manual antirracista**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.